



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0015/12, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012.

Autoriza a Contratação Temporária de excepcional interesse público de Professores.

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo a contratar professores, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do artigo 33, inciso II e artigo 34, ambos da Lei Municipal nº 1.740/90, a seguir descritos:

Área 2	Quantidade	Vencimento Mensal	Carga Horária
Português	6	R\$ 792,83	20 h/semanais
Matemática	10	R\$ 792,83	20 h/semanais
Ciências	12	R\$ 792,83	20 h/semanais
História	8	R\$ 792,83	20 h/semanais
Geografia	2	R\$ 792,83	20 h/semanais
Educação Física	4	R\$ 792,83	20 h/semanais
Espanhol	1	R\$ 792,83	20 h/semanais
Educação Artística	8	R\$ 792,83	20 h/semanais

Art. 2º O prazo de vigência do contrato não poderá ultrapassar o ano letivo, nos termos do artigo 34, da Lei Municipal nº 1.740/90.

Art. 3º Ficam assegurados ainda, os direitos elencados nas Leis Municipais nº 1.740, de 18 de julho de 1990, nº 2.111, de 28 de dezembro de 1994 e subsidiariamente na Lei Municipal nº 1.751, de 08 de agosto de 1990.

Art. 4º A cópia dos instrumentos celebrados serão enviados ao Poder Legislativo dentro de 30 (trinta) dias, a contar das respectivas assinaturas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2012.

Gil Marques Filho
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0015/12, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2012.

JUSTIFICATIVA

Estamos encaminhando à V.Sras., este projeto de lei, buscando autorização para contratação temporária de professores pelo motivo de excepcional interesse público.

É dever do Estado e direito de todos o acesso à educação, conforme prevê o artigo 205, da Constituição Federal, e com base neste mandamento o Município deve propiciar a educação em toda a sua rede de ensino.

Salienta-se que o Concurso Público para a contratação de professores efetivos já foi lançado sob o nº 001/2012, com vagas previstas para todos os cargos requeridos no presente projeto de lei.

A data prevista para realização da prova objetiva do Concurso Público é o dia 15/04/2012, sendo que a homologação ainda dependerá da análise dos títulos a serem apresentados posteriormente.

Assim, não haverá como iniciar o ano letivo com a nomeação dos professores concursados, devendo ser realizada a contratação temporária de professores até a conclusão e nomeação dos aprovados em concurso público.

O processo seletivo nº 002/2011, realizado em 18 de fevereiro de 2011, tem validade de 02 (dois) anos, estando em vigor até 15 de março de 2013.

Desta forma, se faz necessária a contratação temporária de profissionais para o início do ano letivo.

Conforme o processo administrativo nº 104316/2012, em anexo, existe carência de professores da área 2, nas licenciaturas de Português (07), Matemática (12), Ciências (12), Educação Física (04), Espanhol (01) e História (09), Geografia (02) e Educação Artística (08).

O limite da despesa com pessoal do último quadrimestre é de 48,17%.

PREFEITURA DE
ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

A contratação temporária de professores dispensa o cálculo do impacto orçamentário-financeiro, a teor do artigo 16, parágrafo primeiro, inciso I da lei de responsabilidade fiscal.

Pelo exposto, é urgente a necessária a contratação dos profissionais da área de educação, a fim de que seja cumprido o preceito constitucional e garantir um ensino de qualidade aos alunos da rede municipal.

Estas são as razões que justificam o presente anteprojeto.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2012.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito